

Medicamentos aos idosos

Luiz Freitag



Disponível em: <http://farm4.static.flickr.com/3286/3095723473_f4b6ae1415_o.jpg>

Atualmente no Brasil há cerca de 11.000 medicamentos envolvendo 18.000 princípios ativos de produtos químicos. O que poucos sabem é que tanto idosos como crianças podem sofrer uma interação medicamentosa prejudicial quando esses medicamentos não são bem avaliados pelos médicos no momento da prescrição. É o que resulta da consulta apresada e de quando o médico atende vários convênios, não se dispondo a analisar se realmente são necessários tantos

produtos para uma só pessoa. Estudos no Brasil mostram que 13% dos pacientes que tomam só dois medicamentos já apresentaram interação prejudicial, índice mais frequente em idosos acima de 65 anos.

Em nova pesquisa realizada em maio de 2009 na Faculdade de Farmácia de Ribeirão Preto (SP), foi comprovado que, de cada 100 idosos que tomam os remédios com regularidade, 44 não os deveriam estar tomando, por serem inadequados.

Há vários motivos para isso ocorrer, dentre os quais o mais grave é a falta de conhecimento do médico sobre as substâncias que são utilizadas na composição dos medicamentos. Outro problema, tão grave quanto, é que são os mais pobres os mais prejudicados, pois as farmácias do SUS têm limitação de variedade de remédios, e o médico que atende por esse sistema só pode prescrever o que está disponível nessas farmácias, muitas vezes ignorando se determinado idoso poderia tomá-lo ou não.

Para complicar ainda mais essa situação, ocorre, ainda, a influência dos chamados “médicos pesquisadores” de instituições consideradas de padrão internacional. Infelizmente, a maioria desses pesquisadores recebem auxílio financeiro dos laboratórios, em geral, estrangeiros. Com isso, quando os médicos frequentam um congresso, sempre são assediados pelo “marketing” desses laboratórios a participar de um almoço para ouvir a palavra autorizada de um médico conceituado, que falará sobre as vantagens de um novo produto, geralmente envolvendo tratamento para colesterol alto ou hipertensão arterial. Em Medicina, deu-se a esse fato o nome de “conflito de interesses”. Nos Estados Unidos e na Europa, quando há destinação de verba especial por parte da indústria farmacêutica, é necessário justificar o porquê. Lá, as Universidades já têm verba própria para pesquisas com grandes doações de patrocinadores não envolvidos com a indústria farmacêutica. Quando ocorrer essa situação no trabalho médico, deve ser citado quem doou e por quanto tempo, informações que também deverão ser mencionadas na apresentação do trabalho em congresso.

O ideal seria proceder como propôs o médico inglês Richard Smith, ex-editor da respeitada revista médica *British Medical Journal*. Em 2005, ele publicou uma pesquisa denunciando a influência das empresas farmacêuticas nas conclusões de trabalhos científicos divulgados nessa revista. Ele defendeu a publicação de vários estudos sobre o mesmo tema, os quais deveriam ser inseridos no mesmo exemplar em que foi editado o trabalho pago pelo laboratório, para emissão de várias opiniões e críticas. E o que aconteceu com Richard Smith? Foi demitido da revista.

E quando esses pesquisadores se propõem mudar diretrizes e bases do que já está tão bem estabelecido? Só um exemplo. Nas pesquisas sobre disfunção erétil, os cinco médicos desse estudo estavam envolvidos com os laboratórios.

Nos Estados Unidos, já há um movimento entre os médicos de várias universidades para cercar esse tipo de estudo. Em geral, são contratados médicos de alto conceito na classe médica só para “dar o nome”, enquanto quem realmente faz o levantamento e os exames são os estagiários e outros menos qualificados para tal. O comprometimento pode ser até pior quando são minimizados os riscos ou produzir distorção de dados da pesquisa, favorecendo o produto.

Orientamos sempre a quem tomar vários medicamentos: ler as bulas, caso o seu médico não tenha explicado corretamente os efeitos colaterais de cada medicamento; nunca se automedicar ou misturar remédios indicados por um médico com outros receitados por médico diferente, que desconheça os medicamentos prescritos pelo primeiro; obedecer os horários de tomada dessas drogas – muitas devem ser tomadas em jejum, outras depois das refeições e, ainda, há outras que não devem ser tomadas à noite ou com bebidas alcoólicas.

Luiz Freitag
Geriatra, autor

Resenha do livro *A raiz das coisas*

Rui Barbosa: o Brasil no mundo, de Carlos Henrique Cardim

Antonio Roberto Batista

Eis uma obra fadada a ocupar espaço próprio na bibliografia brasileira, sobretudo por focar um personagem singular da nossa história, abordado por autor igualmente singular. Rui Barbosa, uma figura brasileira extraordinária, um gigante do imaginário nacional caprichosamente instalado em 1,54m de estatura, é vulgarmente conhecido pelo grande público como o autor de algumas frases célebres e pelo epíteto de Águia de Haia, recebido após sua participação na segunda Conferência da Paz (1907) nessa cidade. Temo que nas escolas, hoje, apenas isso seja mencionado a seu respeito – ou pouco mais se avance.

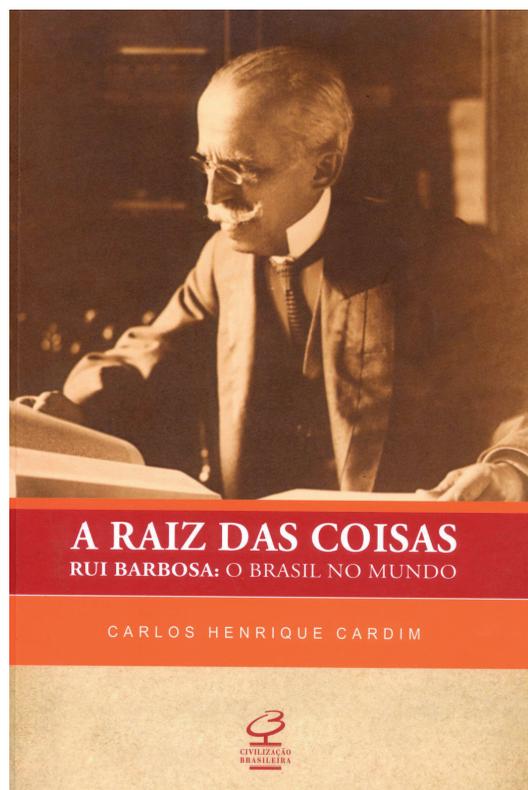
Rui Barbosa foi um teórico do Direito e das Relações Internacionais, conjugando sempre uma formidável capacidade de elaboração doutrinária com uma atuação direta e pessoal nos campos político e diplomático. O autor dessa obra, por sua vez, é um diplomata de carreira que conseguiu manter, paralelamente, uma intensa atividade acadêmica e o exercício da diplomacia profissional, conservando, assim, a sua vocação de educador e orientador de leituras. Durante o período em que foi Decano de Extensão da Universidade de Brasília, tornou a editora da UnB uma referência na divulgação dos clássicos de Ciências Políticas e uma fonte atualizada de publicações no que havia de melhor no cenário internacional. Deu visibilidade a autores que, embora fundamentais, eram, até então, pouco comentados entre nós, como Raymond Aron, Karl Popper,

Karl Deutsch, Norberto Bobbio, Ralf Dahrendorf, Isaiah Berlin e outros, sem ignorar, por exemplo, Gilberto Freire e Afonso Arinos entre os brasileiros. Chegou, inclusive, a trazer vários deles para seminários específicos em eventos da universidade.

Portanto, ao propor uma retomada de Rui Barbosa como tema de interesse, o Embaixador Cardim talvez esteja atendendo a demandas da sua própria trajetória intelectual e profissional, ao buscar um ícone da nossa história cujo pensamento e cuja ação parecem surpreendentemente oportunos para os dias em que vivemos. Rui, afinal, foi um dos principais construtores da República, o homem que lutou como poucos para nos resgatar da mediocridade em todos os campos nos quais atuou: como jurista, como crítico feroz dos

maus costumes políticos, como liberal e defensor da modernização nacional, como político, como senador e – objeto principal do livro – como diplomata e formulador, em feliz parceria com outro gigante, o Barão do Rio Branco, das principais diretrizes brasileiras de atuação no campo das Relações Internacionais. Rui Barbosa inaugurou e demarcou a nossa visão do multilateralismo, que talvez viva momentos tão críticos hoje quanto vivia àquela época.

A primeira curiosidade despertada reside no próprio título dado ao livro. Por que “a raiz das coisas”? A resposta estará na citação de “O Brasil na Haia” (1925), de autoria de William T. Stead,



importante jornalista, editor e pacifista inglês, presente na Conferência: *“É raro surgir uma questão política tão vital, assim de chofre (...), porque toca a raiz das coisas (...) Em sua essência, consiste nisso: se a Força ou o Direito deve ser o fator dominante nos negócios do homem”*.

O objetivo declarado da obra é mais modesto que a sua realidade. Não se propõe a ser uma biografia, nem a inventariar o conjunto da obra de Rui Barbosa, nem a elencar os dados da sua atuação pública. Não pretende retratar em plenitude os fundamentos do seu pensamento, nem esgotar o significado de Rui como personagem do seu tempo, nem mesmo mergulhar nos detalhes polêmicos do grande homem que foi. Acaba, porém, por fazer um pouco de cada uma dessas coisas. Cardim nos conduz pela mão até o cume mais elevado da cultura brasileira, para de lá melhor contemplarmos fatos e personagens relevantes e apreciarmos um Brasil em que uma elite intelectual invejável, para qualquer época e qualquer nação, ocupa o cenário e, embora em grande parte forjada no Império, molda a nossa identidade nos primórdios da República. Lá vemos desfilar figuras da grandeza de um Joaquim Nabuco e citações de muitos outros, como Gilberto Amado, Clóvis Beviláqua, Oliveira Lima, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato. Foi, também, a época de Machado de Assis, a quem sucedeu na Academia Brasileira de Letras, e de Cândido Rondon, outro tipo de construtor da nacionalidade. Rui, portanto, não foi um promontório em meio à planície. Foi um gigante em um cenário de gigantes. Para o foco central da obra, destaca-se, inevitavelmente, o vulto dominante de outro ator definitivo da nossa história: o Barão do Rio Branco. As relações especiais de respeito e parceria que uniram os dois grandes homens é uma das facetas destacadas pelo autor, inclusive amostrando a correspondência entre ambos. Rio Branco, bastante conhecido pelo seu monumental trabalho diplomático, ainda não foi, talvez, estudado tanto quanto mereceria como paradigma de liderança. Cardim aponta para esse traço marcante: um homem que não temia trabalhar rodeando-se sempre dos melhores, cujos talentos não lhe faziam sombra, mas, pelo contrário, potencializavam o seu próprio talento e davam suporte à sua inesgotável capacidade de trabalho.

Rui Barbosa obteve, como demonstra o autor, seu maior reconhecimento e sua principal vitória na atuação externa, consagrado pela destacada atuação que teve em Haia. Lá ele se impôs, surpreendentemente, perante os representantes

das maiores potências da época, esgrimindo conceitos, fundamentando teses e exercitando as vantagens de uma considerável experiência parlamentar. O episódio em que aparteia, em notável improviso, o representante russo que presidia a mesa foi, talvez, o seu momento de maior glória e inegável coragem, sendo apresentado com especial gosto pelo autor.

Não menos relevante o trabalho de demolição da proposta norte-americana por meio do princípio, por ele defendido, da igualdade entre as nações. A argumentação de Rui Barbosa, distinguindo com clareza e propriedade dois conceitos tão frequentemente confundidos como justiça e arbitragem, é uma das delícias reservadas pelo livro para quem visita, sem maiores intimidades, essa temática. Vale, como amostra, citar algumas poucas passagens:

“... entre a magistratura arbitral e a judiciária há juridicamente diferença tal, que nunca se poderia tomar uma pela outra, (...)”

O julgamento emana da soberania e se impõe à obediência. Os seus órgãos são criados pelo poder. (...) O arbitramento, pelo contrário, deriva da liberdade, é obra de um ajuste; não tem outra autoridade que a admitida pelos contratantes; os seus magistrados são os que eles a seu talante eagem.

Aqui está porque, se a forma judiciária é a preferida no que respeita às relações entre indivíduos, a forma arbitral é a única aplicável entre as nações.

Se constituirdes poderes internacionais, tereis que os armar de instrumentos eficazes contra a revolta. Haveria, então, nações rebeldes, e teria que se dar a repressão. (...) E eis como a paz a todo transe, cuidando abraçar a justiça em vez do arbitramento, acabaria por consagrar a força em lugar do direito. (...)”

O arbitramento vive da confiança. A jurisdição de obediência. Nações não obedecem: escolhem e confiam”.

Ao lado do perfil de Rui, comentado por diversas personalidades ilustres ao longo da obra, também temos a possibilidade de acessar análises e anexos interessantes. Entre as análises, destaca-se a do Professor Vicente Marota Rangel sobre o que considera a mais elevada contribuição teórica de Rui às Relações Internacionais, qual seja, a sua defesa do direito do Estado do Amazonas ao Acre Setentrional. Já entre os anexos, vale destacar o artigo intitulado “Brasil e Argentina”, que Rio Branco fez publicar, sob pseudônimo, no *Jornal do Commercio* em 26 de setembro de 1908 e no qual ressalta a importância das relações bilaterais entre os dois países, colocadas em risco por algumas manifestações hostis surgidas no país vizinho.

O próprio Rui viria a pronunciar, 8 anos depois, durante as festividades do centenário da independência argentina, enquanto se feria a Grande Guerra europeia, luminoso discurso na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires, no qual contrapõe, a uma visão passiva de neutralidade ante os conflitos, princípios inovadores fartamente lastreados em razões tão práticas quanto morais. Nega o antigo conceito que, segundo ele, não ousa distinguir o bem do mal, propondo uma neutralidade com referências a princípios e compromissos. A neutralidade não poderia ser um pacto de indiferença, mas, sim, uma manifestação do direito das gentes. Em outras palavras, adverte para um fato até hoje subestimado por muitos: ideias têm consequências. Como destaca Cardim, citando esse texto publicado pelo Professor Sérgio Porchá em Edição da Casa de Rui Barbosa: *“Após sublinhar sua decepção com a distância do mundo em 1916 com relação aos princípios e compromissos de Haia (...) aduz, a propósito, que ‘antes que saísse das fábricas de armamentos, dos quartéis e dos estados-maiores, tinha esta guerra acumulado os fluidos, que viriam a animá-la, nos livros, nas escolas, nas academias, nos laboratórios do pensamento humano. Para entrar em luta com a civilização, a força compreendia que era preciso constituir-se em filosofia adequada, corrompendo as inteligências, antes de subjugar as vontades”*.

O Embaixador Cardim identifica, com precisão, a similaridade de estilo e contundência entre Rui, ao investir contra as filosofias militaristas vigentes nas quais identifica um renascimento do paganismo, e outro ícone da língua portuguesa: Padre Antonio Vieira. Se não, vejamos: *“Essencial ao homem, já agora, não é aprender a pensar, a sentir, a querer, (...) a respeitar a infância, a velhice, a debilidade, o infortúnio, a virtude, o talento. Não: essencial, agora, não é amarmo-nos uns aos outros, como nos prescrevia o antigo Deus dos cristãos, atacado hoje em seus templos, bombardeado em suas catedrais, profanado em suas imagens, fuzilado em seus sacerdotes. Não; essencial é que nos esforcemos para ver quem se distinguirá mais nas artes sublimes de nos espiarmos uns aos outros, de nos assaltarmos, de nos espoliarmos, de nos fuzilarmos, de nos atraçarmos, de nos invadirmos, de nos mentirmos, de nos extinguirmos”*.

No mesmo discurso, ouvimos, ainda, a advertência liberal: *“a mesma corrente de ideias que põe, nas relações internacionais, a guerra por cima de todas as leis, começa a colocar, nas relações internas, o Estado por cima de todos os direitos. (...) o Estado isento de freios e contrapesos a que a democracia e o sistema representativo o submetem...”*.

Um dos destaques que o autor traz ao conhecimento mais amplo é o fato de ter sido Rui, nas suas *Cartas de Inglaterra* (1895), uma das primeiras vozes a se manifestar em defesa ao capitão Dreyfus, oficial judeu do exército francês acusado, injustamente, de traição. O célebre episódio, que viria, depois, a notabilizar Émile Zola pelo opúsculo *J'Accuse*, não escapara antes à atenção de Rui quando, ele próprio, refugiava-se no exterior para fugir ao arbítrio de Floriano Peixoto.

O livro apresenta, ainda, uma coletânea de fotos e caricaturas da época, mostrando que os temas e polêmicas de que se ocupou Rui e de que se ocuparam apoiadores e adversários do grande baiano não eram estranhos aos jornais e à opinião pública. Pelo contrário, a própria Conferência da Paz é motivo de numerosas ilustrações e caricaturas. Tais figuras ajudam a sugerir o ambiente e as percepções da época.

Acreditamos que se trata de obra capaz de ampliar o interesse do grande público, e não apenas dos leitores mais diretamente ligados ao assunto, e que acaba por representar, também, uma espécie de roteiro para aqueles que desejem aprofundar-se no estudo de tudo o que se refere a Rui Barbosa, às suas teses e a esse período marcante da história brasileira.

Antonio Roberto Batista
Médico

Presbiacusia

O envelhecimento da orelha pode causar surdez no idoso

Mara Gândara

Presbiacusia é o termo que exprime a condição auditiva do idoso, originário da junção dos vocábulos gregos *prébyis*, que significa idoso, e *ákousis*, ouvir. É a diminuição da acuidade e capacidade auditiva, ou seja, a perda da sensibilidade para ouvir e entender os sons, decorrente do envelhecimento, em um processo multifatorial, que pode apresentar-se nos mais variados graus.

Todos vamos envelhecer. São inevitáveis as modificações morfológicas e fisiológicas que ocorrem em função da ação do tempo sobre o organismo. A herança genética, associada às doenças crônicas e às alterações de desgastes físico e emocional decorrentes das exposições a fatores de riscos durante uma vida inteira, mostra a aparência de maior ou menor idade real. Alimentação e condições de vida inadequadas, preocupações, noites maldormidas, raiva, rancor, mau humor, situações estressantes... Enfim, toda nossa maneira de viver influencia de modo positivo ou negativo em nosso organismo, sendo o mesmo problema, para alguns, uma incrível experiência de vida e, para outros, uma decepção que os desgasta por anos.

Pode-se dizer que existem velhos de 20 anos e jovens de 90 anos; o que importa é a qualidade de vida que se leva, o desafio às limitações físicas e o grande estímulo a todos os órgãos do sentido, fundamentais nas relações familiares e sociais e que devem estar bem atentos para superar as falhas decorrentes do avanço da idade.

O organismo envelhece como um todo, mas, para a maioria das pessoas, a maior preocupação é do ponto de vista estético. Incomoda a face marcada pelos anos vividos, cada vez com mais rugas, os cabelos brancos, a calvície; trava-se, por conta disso, uma luta por resgatar a jovialidade, principalmente nas mulheres, mais vaidosas e seduzidas pelas milagrosas cirurgias estéticas. À medida que o tempo passa, as perdas vão se intensificando, a voz torna-se mais

cansada, a fala, pausada, ocorre a perda do paladar e do olfato, o sono passa a ser fragmentado, surgem roncões quase insuportáveis e, estigmatizada já como a marca registrada da velhice, a *surdez*. O envelhecimento acontece tão lentamente que todas as mudanças no corpo e suas limitações vão se adaptando e as deficiências parecendo naturais, dificultando, dessa forma, a conscientização e a reparação desses danos.

Dentre as doenças crônicas, a presbiacusia está entre as três ou quatro mais comuns em adultos com mais de 65 anos de idade e é não só pouco diagnosticada como, inclusive, desvalorizada e negada pelos próprios idosos, que desconhecem seus efeitos físicos e sociais. Geralmente pela dificuldade em reconhecer a perda de audição, eles não se queixam para os médicos, e estes, durante a consulta em uma sala silenciosa, bem iluminada, com um falando de cada vez e bem próximos, não percebem as dificuldades auditivas e não perguntam se seus pacientes idosos escutam bem. É mais fácil pedir para o outro falar mais alto ou ignorar a fala mal-entendida e ficar calado, não participativo; pedir para repetir o que lhe foi dito (“ahn?!”, “ehn?!”) ou tecer algum comentário como: “Eu escuto bem, ele que fala para dentro!”; ou colocar o rádio ou a televisão em volume tão alto que os vizinhos nem precisam ligar os seus próprios aparelhos. Quem não escuta não tem noção do que deixou de escutar, e quem fala e não é entendido começa a deixar de falar. Assim, as relações vão se deteriorando, podendo ocorrer afastamento entre os idosos e seus amigos e familiares.

A audição é o nosso maior bem; perdê-la significa perder o contato com o outro. Como dizia Helen Keller: “A visão nos coloca em contato com as coisas, mas a audição nos coloca em contato com as pessoas”.

A surdez tem um grande impacto na qualidade de vida de uma pessoa, trazendo graves consequências. Quando não reparada, à medida que progride, afeta a comunicação,



Disponível em: <<http://www.essascourras.com.br/wp-content/uploads/2011/01/presbiacusia.jpg>>.

o que pode contribuir para o isolamento, a depressão e até, possivelmente, a demência.

Os sons ouvidos são estímulos para o cérebro processar as informações; a falta da condição de comunicar-se implica desaprender, ou seja, perder da memória tudo aquilo o que se foi aprendendo e atualizando. Segundo Aristóteles, “nada entra no intelecto sem que tenha passado antes pelos sentidos”. Nós precisamos da audição, nosso órgão colhedor de informações e, ao mesmo tempo, o grande sensor de vários distúrbios metabólicos e desencadeador de desequilíbrios emocionais; portanto, sua perda pode levar, conseqüentemente, à diminuição da memória e da função cognitiva, bem como à depressão.

Apesar dos grandes avanços da Medicina, ainda não existe uma pílula antienvelhecimento. Desta forma, o quanto antes a perda auditiva for identificada e reparada, por meio da adaptação de aparelhos de amplificação sonora individual ou de cirurgia com próteses implantáveis, menores serão as repercussões da surdez.

Existe muito preconceito pelo uso de um aparelho auditivo, que erroneamente ainda possui a conotação de um sinal de velhice. Também questiona-se a sua eficácia, porém isso ocorre porque esses aparelhos ainda são comprados sem nenhuma indicação médica, de forma aleatória, com grandes expectativas de corrigir qualquer tipo de surdez, independentemente do grau.

A perda da audição pela idade ocorre de forma lenta e progressiva, mas pode também conter outras doenças, sistêmicas ou auditivas, associadas; somente depois de diagnosticada pelo médico otorrinolaringologista, que faz a indicação do uso de aparelhos auditivos, é que se inicia o processo de adaptação. São realizados testes com aparelhos auditivos de tecnologias, marcas e modelos diferentes, os quais são selecionados e regulados de acordo com o tipo de perda auditiva e experiência domiciliar. Em alguns casos, também faz-se necessário treinamento auditivo.

O resgate da audição coloca o indivíduo em uma posição de maior confiabilidade e independência para exercer plenamente a sua vontade pessoal, com reconhecimento e valorização pela família e pelos amigos; portanto, é fundamental reparar a perda auditiva o mais precocemente possível, assim como manter o seu monitoramento.

Mara Gândara
Otorrinolaringologista

Analogias em Medicina (n. 29)

Cirurgia veste jaquetão — O paletó tipo jaquetão (etim. jaqueta+ão) é um paletó trespassado na frente, com barra reta, em geral com quatro ou seis botões. Embora considerado atualmente em desuso, alguns profissionais da moda internacional têm profetizado sua volta ao guarda-roupa masculino. Para outros, “a elegância de um jaquetão bem cortado dispensa comentários. O indivíduo está bem-vestido em qualquer parte do mundo”.

Em todos os atos cirúrgicos há três procedimentos técnicos fundamentais, que são a diérese, a hemostasia e a síntese. Esta é a união cirúrgica das bordas dos tecidos, que tem por finalidade mantê-las em íntimo contato, até que a cicatrização se complete. Os principais instrumentos usados na síntese são as agulhas, o porta-agulhas e os fios, além de instrumentos auxiliares, como afastadores e pinças para apreensão. As principais técnicas para a síntese envolvem as denominadas *suturas*, as quais são de grande importância e indispensáveis ao processo de cura; feitas com fios diversos e com grampos metálicos, necessitam dos mesmos instrumentos acima referidos. São numerosos os tipos de sutura e com pontos variados, como a sutura contínua, por pontos simples ou separados, a ponto à Donati, em X, em 8 etc. (baseado em MONTEIRO, E. L. C.; SANTANA, E. M., *Técnica Cirúrgica*. São Paulo: Guanabara Koogan, 2006).

Um dos tipos de sutura usado em certas operações denomina-se *sutura em jaquetão* e caracteriza-se por sobreposição ou imbricação dos tecidos (ingl.: *pants over vest* = jaquetão). São precisas as indicações para a sutura em jaquetão. Sua função básica é de reforçar a região suturada e apresentar forte resistência à tensão. Segundo a história da cirurgia, esse tipo de síntese foi desenvolvido, sobretudo, para o fechamento de anel herniário. É aplicada, com ótimos resultados, em alguns tipos de operação, tanto na medicina humana como na veterinária.

Algumas citações em relatos científicos: “em cirurgia abdominal optamos por fechar a incisão com transposição

do músculo reto abdominal, tipo jaquetão, para corrigir a diástase e a hérnia umbilical”; “usei a sutura em jaquetão na parede de remanescentes de aneurisma cardíaco, reforçando a hemostasia cirúrgica”; “para fixar um retalho em dobradiça para correção de fenda palatina, recorri à sutura em jaquetão”. De um ortopedista: “no tratamento do hálux valgo (joanete), realizei a osteotomia no metatarsiano e ressecção da falange proximal, mais capsuloplastia em jaquetão”. De um grupo de cirurgias plásticas, em caso de blefaroplastia inferior: “fizemos a sutura em jaquetão dos cotos musculares fixados no periósteo e na fáscia temporal para evitar depressão local”. De um veterinário: “tenho usado a sutura em jaquetão (ou técnica de sobreposição de Mayo) para reparar hérnias em bovinos e equinos, como as umbilicais, objetivando proporcionar mais resistência e diminuir a incidência de recidivas”.

Há também a chamada *técnica do jaquetão* em cirurgia plástica mamária. A principal indicação é para mulheres com seios flácidos de tamanho pequeno e médio. A técnica consiste no seguinte: o cirurgião realiza uma sobreposição dos tecidos internos, glandular e gorduroso, deslocando o material da mama esquerda, fixando-o no lado direito, e o contrário, deslocando o direito e fixando-o no esquerdo, semelhante a um jaquetão fechado. Internamente, é como se os tecidos fossem dois braços cruzados, dando suporte às mamas e deixando-as firmes e com o formato satisfatório, segundo os autores consultados. O tecido mamário de um lado e de outro é fixado nas costelas por meio de fios de náilon especial. De acordo com cirurgias plásticas, mulheres com seios flácidos que querem resgatar a antiga forma, mas têm receio de usar prótese de silicone, podem se beneficiar com a técnica do jaquetão.

José de Souza Andrade Filho

Professor de Anatomia Patológica da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Ivan de Melo Araújo – **Diretor Adjunto:** Guido Arturo Palomba

Conselho Cultural: Duílio Crispim Farina (*in memoriam*), Luiz Celso Mattosinho França, Affonso Renato Meira, José Roberto de Souza Baratella, Rui Telles Pereira, Arary da Cruz Tiriba, Rubens Sergio Góes e Luiz Fernando Pinheiro Franco

Cinematca: Wimer Botura Júnior – **Pinacoteca:** Guido Arturo Palomba

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany

O Suplemento Cultural somente publica matérias assinadas, as quais não são de responsabilidade da Associação Paulista de Medicina.